



ISDPC

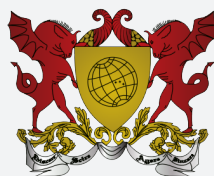
Curso de Identificação,
Salvaguarda e Difusão
do Patrimônio Cultural

Memória, História e Identidade

Luiz Lima Vailati

Karina Ap. de Lourdes Ferreira

Leonardo Civalle



Universidade Federal de Viçosa

Reitor: Demetrius David da Silva

Vice-Reitora: Rejane Nascentes



Coordenadoria de
Educação Aberta e a Distância

**Coordenadoria de Educação
Aberta e a Distância**

Diretor: Francisco de Assis de Carvalho Pinto

Campus Universitário, s/n. Viçosa/MG - CEP 36570-900,

Telefone: (31) 3612 1251 - e-mail: cead@ufv.br

Ficha Técnica:

Capa: Ênnio Venâncio

Layout e Diagramação: Adrielle Mariana, Ana Luísa Medeiros,
Antônio dos Santos, Stéfany Peron e Pedro Eni Lourenço

Edição de conteúdo e CopyDesk: João Batista Mota

**Ficha catalográfica elaborada pela Seção de Catalogação e Classificação da
Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa – Campus Viçosa**

V129m
2023
Vailati, Luiz Lima, 1961-.
Memória, história e identidade [recurso eletrônico] / Luiz
Lima Vailati, Karina Ap. de Lourdes Ferreira, Leonardo Civalé.
-- Viçosa, MG : UFV, CEAD, 2023.
1 apostila eletrônica (39 p) : il. (algumas color.). --
(Curso de identificação, salvaguarda e difusão do patrimônio
cultural).

Disponível em: [https://portalead.cead.ufv.br/site/
categoria/curta-duracao/](https://portalead.cead.ufv.br/site/categoria/curta-duracao/)
Inclui bibliografia.

1. Patrimônio cultural. 2. Identidade social. 3. História.
4. Memória coletiva. I. Ferreira, Karina Aparecida de
Lourdes, 1979-. II. Civalé, Leonardo, 1962-. III. Universidade
Federal de Viçosa. Coordenadoria de Educação Aberta e à
Distância. IV. Título. V. Série.

CDD 22. ed. 363.69

Bibliotecário responsável: Euzébio Luiz Pinto – CRB 6/3317

Viçosa, 2023

Sumário

Apresentação.....	3
--------------------------	----------

Parte 1	4
----------------------	----------

1. <i>A memória e sua dimensão individual e coletiva</i>	<i>6</i>
2. <i>Memória E Seus Usos Sociais.....</i>	<i>10</i>
3. <i>A especificidade da história como memória social, seu papel na cultura contemporânea e sua relação com a questão da memória e a da identidade.</i>	<i>16</i>
4. <i>O patrimônio entre a memória e a história: a nova memória e os “lugares de memória”</i>	<i>23</i>

Parte 2	29
----------------------	-----------

5. <i>Memória e identidade</i>	<i>30</i>
6. <i>A circunstância histórica da modernidade tardia.....</i>	<i>32</i>
7. <i>Paisagem.....</i>	<i>36</i>
8. <i>Patrimônio e cidadania</i>	<i>40</i>

Significado dos ícones da apostila

Para facilitar o seu estudo e a compreensão imediata do conteúdo apresentado, ao longo de todas as apostilas, você vai encontrar pequenas figuras ao lado do texto. Elas têm o objetivo de chamar a sua atenção para determinados trechos do conteúdo, com uma função específica, como apresentamos a seguir:



DESTAQUE: são definições, conceitos ou afirmações importantes às quais você deve estar atento.



SAIBA MAIS: Se você quiser complementar ou aprofundar o conteúdo apresentado na apostila, tem a opção de links na internet, onde pode obter vídeos, sites ou artigos relacionados ao tema.



GLOSSÁRIO: Informações pertinentes ao texto, para situá-lo melhor sobre determinado termo, autor, entidade, fato ou época, que você pode desconhecer.



PARA REFLETIR: vai fazer você relacionar um tópico a uma situação externa, em outro contexto



EXERCÍCIOS: são momentos para você colocar em prática o que foi aprendido.

Apresentação

Esta apostila deverá servir de apoio aos seus estudos durante o curso, atuando como complemento aos textos de leitura obrigatória, às aulas e demais atividades desenvolvidas ao longo do semestre. Ela foi produzida tendo em vista os seguintes objetivos:

Ajudar no entendimento da estrutura e lógica dos textos de leitura obrigatória, instrumentalizando o(a) aluno(a) no desenvolvimento da compreensão de textos acadêmicos.

Tornar claras as principais questões colocadas, isto é, aquelas que orientaram a reflexão dos autores, bem como a forma como eles procuram responder a elas.

Explicitar as questões e informações que, à luz dos objetivos da disciplina e do conjunto de assuntos e textos nela trabalhados, apresentem interesse particular para nós.

Como se verá, esse material didático está dividido em duas partes. Os quatro primeiros capítulos são dedicados, cada um deles, ao debate de um texto de um autor específico. Tais trabalhos foram selecionados tendo em vista se tratarem de clássicos incontornáveis, de grande impacto sobre as discussões subsequentes sobre o tema da disciplina.

Uma vez munidos da discussão teórica fundamental a respeito do objeto em questão, passaremos para os quatro últimos capítulos, os quais compõem a segunda parte, que, por sua vez, não se orientam por textos específicos, mas sim por recortes temáticos. Nessa segunda parte, a discussão em torno dos tópicos de memória, patrimônio, identidade, paisagem e cidadania será feita a partir de um recorte histórico do final dos anos 80 do século XX até as duas primeiras décadas do século XXI.

A função deste material, portanto, é ajudar no esclarecimento das aulas, mas a recíproca também é verdadeira: a inteligibilidade adequada e abrangente do que aqui é apresentado depende, evidentemente, da leitura cuidadosa dos textos. Não é demais lembrar ainda que, ao se restringir à apostila, o aluno fica limitando à leitura particular (ainda que treinada e especializada) destes professores sobre os textos-base, o que é bastante problemático, pois nenhuma leitura é absoluta e o debate entre entendimentos diferentes é condição fundamental de aprendizado.

Por tudo isso, a apostila sozinha não é suficiente para o desempenho esperado e para a formação adequada do futuro profissional, uma vez que, feita para orientar e ajudar a problematizar a leitura, não pretende em absoluto esgotá-la.

Bons estudos!

Parte 1

Luiz Lima Vailati e

Karina Ap. de Lourdes Ferreira

A sequência dos textos obrigatórios pretende explorar questões teóricas centrais em torno da tríade que dá título à disciplina, oferecendo elementos para a reflexão de como ela povoa os debates e transformações no que cabe às concepções e às políticas patrimoniais. Cada capítulo é dedicado a um texto de um autor específico. Estes textos foram selecionados por se tratarem de clássicos incontornáveis, de grande impacto sobre as discussões subsequentes.

O primeiro capítulo aborda o texto de Maurice Halbwachs, inaugurador dos trabalhos que tomaram a memória como objeto no campo das ciências sociais. A partir desse autor, objetiva-se introduzir o debate sobre a dimensão social da memória e sua relação com a memória individual, pessoal. Será possível observar como Halbwachs entende a memória como fenômeno essencialmente coletivo, ou seja, o indivíduo só é capaz de formular lembranças como membro de uma sociedade.

O segundo capítulo se dedicará ao texto de Michael Pollak, que apresenta uma importante crítica ao tipo de entendimento adotado por Halbwachs, avançando a análise sobre a memória social. Pollak critica a noção de uma suposta espontaneidade, argumentando a favor do entendimento da memória como ação, construção, portadora, portanto, de intencionalidade, isto é, do desejo de (fazer) lembrar e esquecer. O interesse do autor se desloca, então, para as disputas envolvidas no processo de construção da memória coletiva, envolvendo também, violência, imposições, subtrações e silenciamentos.

Intensificando a discussão sobre a supressão e a imposição da memória, mais especificamente no contexto dos regimes totalitários do século XX, no terceiro capítulo se observará como Tzvetan Todorov problematiza e aprofunda a discussão feita por Pollak. As questões circundantes à vinculação da memória a estratégias de opressão ou libertação adquirem novos contornos, quando o autor argumenta que a identificação de um bom ou mau uso da memória não deve ser feita a partir do mero exame da eleição dos conteúdos que determinada memória veicula e de seus respectivos agentes sociais (hegemônicos ou minorias). Para o autor, além desses elementos, o modo como ela opera (sua morfologia) permite identificar os bons e os maus usos da memória e do esquecimento, o que é explicado pela distinção que o autor estabelece entre modo literal e modo exemplar. Por outro lado, esta distinção entre literalidade e exemplaridade é epistemologicamente problemática quando ao apenas renomear o antagonismo entre memória e história (tais como definidas por Pierre Nora), ignora o que ambas compartilham.

Por fim, trataremos do texto de Pierre Nora, ancorado na constatação de uma desidentificação entre História e Memória. É inquestionável a influência que este texto desempenhou para a reflexão sobre as relações entre memória e história, em especial sobre as diferenças entre elas. Além disso, Nora apresenta o conceito cunhado por ele de “lugares de memória”, amplamente empregado nos trabalhos sobre patrimônio, se referindo aos suportes materiais e/ou simbólicos aos quais é atribuída a função de perpetuação de lembranças. “Lugares de memória” tornou-se, a partir desse texto, conceito fundamental para o entendimento da relação entre o patrimônio e os profissionais dedicados a ele ao examinar alguns dos critérios e das razões que levam à patrimonialização.

1. A memória e sua dimensão individual e coletiva

Texto-base: HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva e a memória individual. In: A memória coletiva. São Paulo: Editora Centauro, 2005. p. 25-52.

1. Introdução

Maurice Halbwachs, sociólogo francês (1877-1945), foi integrante do grupo pioneiro na área das ciências sociais reunido em torno de Émile Durkheim, grande influência para o desenvolvimento da teoria social da memória coletiva, a qual será objeto desta seção. A obra póstuma da qual esse texto foi retirado foi publicada originalmente em 1950 e retoma as ideias defendidas no artigo clássico de Halbwachs, publicado em 1925, intitulado Os quadros sociais da memória. O que se pretende, a partir deste texto, é iniciar a discussão sobre memória social, aproximando-a daquela com a qual estamos naturalmente mais familiarizados: a nossa memória pessoal. Em outras palavras, o que será discutido aqui será a relação entre a operação individual da memória e a memória de grupo.

2. Confrontações

O autor inicia sua teoria social da memória coletiva explicando que a produção de toda e qualquer memória implica necessariamente em confrontações. São os diálogos travados entre diferentes testemunhos que permitem fortalecer, negar ou completar o conhecimento de um dado acontecimento do passado.

Essas confrontações acontecem em dois níveis:

Primeiramente, em nível pessoal, na medida em são confrontadas diferentes lembranças pessoais de experiências vividas e de opiniões formadas no passado.

Num segundo nível, tais impressões e recordações pessoais passam a ser confrontadas com as impressões e recordações de outras pessoas. É esse diálogo constantemente atualizado que auxilia o indivíduo a observar e relembrar, assegurando a confiança na exatidão de sua evocação.

Em resumo, o trabalho da memória acontece na interlocução de diferentes testemunhos que se referem a experiências passadas de si e de outros, mas que são evocados e confrontados no presente para dar sentido a percepções atuais. A partir dessas considerações, já se verifica uma forte relação entre memória e coletividade: uma retira sua força da outra.



Halbwachs formula, então, a hipótese geral que orienta o texto; qual seja: a de que a memória tem sempre um caráter coletivo, mesmo quando se refere a acontecimentos vivenciados por um indivíduo sozinho. Tendo estruturado sua hipótese geral, nos tópicos seguintes, o autor desenha algumas hipóteses específicas e segue precisando e reforçando seu argumento central.

3. O esquecimento pelo desapego de um grupo

Apesar de a memória ter sempre um caráter coletivo, a presença material e sensível dos outros não é necessária para a recordação. O exemplo do viajante, a esse respeito, mostra a atuação efetiva do outro apenas internalizado como fornecedor de testemunhos, que são usados no confronto com as impressões pessoais sobre o lugar visitado. Em outros termos, há um diálogo constante entre o indivíduo que vive e produz impressões sobre o vivido e as diferentes comunidades nas quais ele está inserido, responsáveis pela sua socialização. Halbwachs oferece novos desdobramentos para tais considerações ao ressaltar que essa presença material e sensível não só não é necessária, como também não garante, sozinha, a produção de memória. Ou seja, quando operam apenas testemunhos externos, é possível construir imagens eloquentes dos acontecimentos narrados, mas isso não se consistirá em uma memória.

O exemplo mais preciso sobre essas questões é o do professor que, apesar de conviver em sala de aula com os alunos, não poderá compartilhar com eles uma grande parte da memória sobre a vida escolar, dada a divergência de convívio e de identidade. A partir desse caso, puderam ser dadas as condições que permitem a reconstrução de uma lembrança.



A memória coletiva depende, para seu reconhecimento e conservação, de que haja compartilhamento entre o indivíduo e o grupo de algumas noções comuns, tais como: pertencimento; identificação; engajamento; permanência do grupo ao longo do tempo; que os membros mantenham funções equivalentes no grupo; extensão dos espaços de sociabilidades compartilhados pelos membros de um mesmo grupo (como no exemplo dos amigos de escola, que também convivem em ambientes de lazer e familiares).

No romance *Talvez Esther*, a ucraniana Katja Petrowskaja realiza um esforço para recontar a memória de sua família, completamente fragmentada pelos eventos da II Guerra Mundial. Seu exercício de reconstrução genealógica assume contornos existenciais quando a autora, que não se sente russa ou judia, nem ucraniana ou ligada à Polônia, diz viver assombrada pelo sentimento de perda ligado à “atrofia da memória” familiar. Na medida em que ela realiza esse árduo trabalho, ela começa a perceber as condições para a existência de uma memória coletiva:

“Um dia, de repente, lá estavam meus parentes diante de mim – aqueles vindos das profundezas do passado. Murmuravam suas mensagens alegres em línguas que soavam conhecidas, e pensei comigo que, com eles, faria florescer a árvore genealógica, preencheria aquela falta, curaria o sentimento de perda; mas eles formavam um amontoado compacto à minha frente, sem rostos nem histórias, como vagalumes do passado que só iluminavam

pequenas superfícies ao redor de si, duas ou três ruas ou acontecimentos, mas não a si mesmos.”

PETROWSKAJA, Katja. *Talvez Esther*. Trad. Sergio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

4. A Contrapartida Dessa Constatação

Se a lembrança está diretamente relacionada à coesão e à permanência do grupo, a desagregação do grupo provoca a fragmentação da memória coletiva. As duas operações necessárias à construção de uma memória coletiva (lembrar e esquecer) são impossibilitadas pela desagregação do grupo. Ou seja, tanto a reprodução e a reatualização dos conteúdos do antigo pensamento são impedidas, como também se cria a incapacidade de esquecer as diferenças existentes entre os membros. Desse modo, a sensação de identidade, condição para a consolidação de uma determinada memória coletiva, é prejudicada.

5. A Possibilidade De Uma Memória Estritamente Individual

Na segunda parte do texto, Halbwachs discute a possibilidade de uma memória estritamente individual. Seu argumento central é novamente desdobrado, dando origem à hipótese de que, nas palavras do autor: “só temos capacidade de nos lembrar quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos e de nos situar novamente em uma ou mais correntes do pensamento coletivo” (p.36).



Nesse ponto, o autor desenvolve um debate com o psicólogo Charles Blondel e sua defesa de que haveria lembranças estritamente individuais – como seria o caso, segundo ele, das primeiras lembranças da infância –, e que, portanto, na memória, há algo mais do que “uma reconstituição feita com materiais emprestados”. Halbwachs insiste na impossibilidade da existência de memórias sem que a experiência pessoal não seja intimamente misturada com imagens e pensamentos que remetem às diversas teias de sociabilidade nas quais o indivíduo se insere.

Esse fato explica a ausência de recordações da primeira infância, uma vez que, nessa fase da vida, as impressões não ganham sentido. Isto é, os acontecimentos vividos não podem ser adequadamente percebidos nem fixados na memória, porque a criança não é ainda um ente social, logo, não está instrumentalizada para estruturar a organização elementar de suas experiências sensoriais.

Halbwachs prossegue reconhecendo a originalidade das lembranças, em outros termos, que cada memória individual tem um caráter único. Contudo, isso não significa que haja algo puramente individual na memória; pelo contrário: a memória individual, original, única, é entendida como um ponto de cruzamento entre conteúdos retirados de diferentes espaços de socialização, logo, consistindo em uma forma particular de articulação dos materiais fornecidos por tais quadros sociais.

Em outras palavras, como não há, especialmente em sociedades mais complexas, indivíduos que participem exatamente dos mesmos grupos e situações sociais, seria impossível imaginar uma memória individual idêntica à outra. Assim, conclui-se que, para Halbwachs, a natureza social da memória individual é também condição para que ela seja sempre única, porque são invariavelmente particulares seus arranjos. Tendo defini-

do a memória individual como sendo o ponto de convergência de vários quadros sociais, Halbwachs conclui sua teoria social da memória coletiva.

O que está em destaque, portanto, é o entendimento da memória individual como um ponto de vista sobre a memória coletiva. Como foi possível apreender ao longo da exposição, a legitimidade de tal memória coletiva pode ser entendida como independente da realidade objetiva do acontecimento ao qual ela se refere. Isso porque, antes de qualquer coisa, estaria intimamente vinculada à coesão e à solidariedade do grupo capaz de conservar, tornando crível, tal memória.

Está claro para o autor que se a memória coletiva se constrói e se sustenta pela intervenção de grupos - tais grupos nada mais são do que comunidades de indivíduos que se lembram. Mas, novamente, a memória individual, se alimentando sempre de conteúdos fornecidos pelo meio social, seguiria sendo um ponto de vista da memória coletiva. Esse ponto de vista se desloca conforme o lugar ocupado pelo indivíduo nesse dado meio social, ou ainda, muda segundo os engajamentos estabelecidos por esse indivíduo com outros meios.



Do exposto, conclui-se que memória coletiva e memória individual são facetas do mesmo processo, não havendo entre elas diferença de natureza. Se a memória individual se configura como uma articulação particular, obtida pelo cruzamento de conteúdos sociais diversos fornecidos por grupos aos quais o indivíduo estabelece relações de pertencimento, a memória coletiva é composta por uma multiplicidade de lembranças individuais localizadas em quadros sociais comuns.

2. Memória e seus usos sociais

Texto-base: POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

1. Introdução

Michael Pollak é sociólogo, austríaco, mas teve formação e atuação profissional francesas. Parte considerável de suas pesquisas foi dedicada à reflexão teórica sobre o problema da identidade social em situações limites, como é o caso dos sobreviventes dos campos de concentração e dos homossexuais diante da ameaça da AIDS.

Seu texto é fundamental na medida em que questiona e avança a análise sobre a memória social, conforme colocada por Maurice Halbwachs. Ainda que seja herdeiro da análise daquele, Pollak mostrou a existência dentro das sociedades de uma disputa de vida e morte entre memórias antagônicas e que isso reflete as contradições sociais existentes no seio de cada sociedade. Segundo o autor, esse fato teria sido negligenciado nas análises de Halbwachs sobre a memória.

2. A Memória Coletiva E A Crítica Ao Modelo De Halbwachs

Nos primeiros parágrafos do artigo, Pollak apresenta os pontos chave que norteiam sua análise da memória coletiva. Para tanto, ele resume e avalia a teoria social da memória coletiva de Halbwachs, para a seguir anunciar uma virada de perspectiva. Pollak salienta que, na teoria Halbwachiana, a memória coletiva reforça os sentimentos de pertencimento e a coesão social. Isso, ao mesmo tempo em que define o que é comum a um grupo, marca aquilo que o distingue dos outros.

Pollak, embora não discorde totalmente, argumenta ser esta uma definição problemática. Isso porque dá ênfase exclusivamente à duração, à continuidade, à estabilidade a que se presta a memória coletiva, destacando, pois, apenas suas funções positivas, como se a memória comum se baseasse somente por uma adesão afetiva pelo grupo.

Segundo Pollak, isso se deve ao fato de Halbwachs conceber a memória coletiva como coisa, gerada automaticamente pela sociedade, e não como algo que é construído intencionalmente, envolvendo, inclusive, lutas e imposições; ou seja, para além da simples adesão, trata-se de uma forma de dominação ou de violência simbólica.

Para o autor, Halbwachs não somente negligencia a atuação opressora, uniformizadora e destruidora da memória coletiva, mas também ignora a existência e a importância de memórias alternativas, subterrâneas, ligadas às minorias em oposição à memória oficial (memória nacional). Essas memórias subterrâneas, tradicionalmente silenciadas, aflorariam bruscamente, segundo Pollak, em momento de crise, disputando espaço com a memória dominante.

3. A Memória Em Disputa E O Papel Do Silêncio

Para analisar as disputas entre memórias conflitantes, Pollak oferece os exemplos dos movimentos de destalinização na URSS, mostrando como a reconfiguração de poder fez irromper traumas profundos acumulados ao longo do tempo e uma memória dos dominados que jamais pôde ser expressa publicamente. Esse fenômeno é revelador do fosso entre a memória da sociedade civil e a ideologia oficial do Estado.



Imagem: em Bento Rodrigues, atingido finca no terreno uma placa com os dizeres “respeitem nossa MEMÓRIA”, um apelo à má atuação e injustiças cometidas pela Fundação Renova/Vale/Samarco/BHP. Foto: Tainara Torres

Fonte: PIRES, Rodrigo. et al. (coord.) Mitos e incertezas: o caos da não reparação dos crimes cometidos por mineradoras no Brasil. Mariana, 2019.

Bastante ilustrativo sobre as discrepâncias entre uma memória orquestrada como narrativa oficial e a memória da sociedade civil são as falas e materiais divulgados pelas mineradoras e seus órgãos representantes a respeito dos crimes ambientais provocados pelos rompimentos das barragens em Minas Gerais, por um lado, e as vozes, muitas vezes silenciadas das pessoas atingidas pelo empreendimento da mineração. O trecho e a imagem a seguir trazem algumas reflexões sobre o tema:

“Criada para “reparar” os danos e poupar a imagem das empresas BHP Billiton, Vale e Samarco, a Fundação Renova está sempre recebendo as críticas no lugar das mineradoras. [...] Na tentativa de mudar esse cenário de reprovação - que se agravou após o rompimento da Barragem 1, da Vale, em Brumadinho -, a Renova vem firmando parcerias pagas com grandes veículos de comunicação de Minas Gerais, como os jornais O Tempo e Estado de Minas. Em ambos, a Renova comprou a produção de uma série de reportagens especiais que replicam o discurso apresentado em seu site e que escondem os dados da não reparação. Trata-se de mais uma forma de manipulação da narrativa do desastre.

[...]

Dentre as estratégias de publicidade da Fundação Renova, destaca-se a manutenção de um casarão histórico no centro de Mariana - região mais cara da cidade -, e que funciona como atração turística: a Casa do Jardim. Nela, são expostas maquetes interativas sobre o rompimento e o processo de reparação a partir do ponto de vista da Renova, logo, das empresas Samarco, Vale e BHP Billiton. Além dele, outra ação publicitária é o VimVer, iniciativa de “turismo da desgraça” – como batiza Mauro Silva, atingido de Bento Rodrigues, na reportagem O que eles querem ver?, do jornal A Sirene. Vinculado à área de atuação de Participação, Diálogo e Controle Social da Renova, o VimVer oferece visitas monitoradas por especialistas da Fundação Renova pelas áreas atingidas de Bento Rodrigues, de Paracatu de Baixo e de Gesteira sem o consenso ou a consulta aos atingidos. Essas práticas evidenciam que a Renova confunde transparência com propaganda, usa ações obrigatórias de reparação para se promover e utiliza recursos destinados à reparação dos danos para sobrepor sua narrativa à dos atingidos e mascarar aquilo que não cumpre.”

Pollak, a seguir, aponta algumas características do funcionamento da memória oficial e da disputa travada com outras memórias. Ele observa que uma vez rompido o tabu, que antes impedia a manifestação de memórias oprimidas, uma série de reivindicações imprevisíveis passou a participar do cenário de disputa de memórias.

Esse primeiro ponto remete a outros dois dados. São eles: depois de toda mudança política, os dirigentes se veem na necessidade de uma revisão autocrítica do passado; uma vez no poder, aos novos dirigentes são colocados os riscos desse processo de revisão, uma vez que as reivindicações não são controláveis.



Nessa dinâmica, o autor destaca também o papel do silêncio, mostrando sua incompatibilidade com o esquecimento. Pelo contrário, esses momentos de crises são reveladores do papel de resistência ocupado pelo silêncio das memórias reprimidas, como forma de enfrentamento da sociedade civil aos discursos oficiais. Uma vez que essas memórias subterrâneas estavam alijadas do espaço público, assumem papel fundamental as redes familiares e de amizade na cuidadosa transmissão dessas lembranças dissidentes, garantindo sua reconstrução no momento oportuno.

Por fim, ele pontua que as divergências entre memória subterrânea e memória oficial não focam exclusivamente à oposição entre sociedade civil e Estado, mas, sobretudo, entre minorias e sociedade englobante. O exemplo apresentado, a esse respeito, se refere aos sobreviventes do nazismo que retornaram às suas cidades e mantiveram o silêncio sobre a experiência dos campos de concentração. Essa era a forma de garantir a convivência – minimamente confortável – com aqueles que viveram de modos diferentes - ou que não viveram - aquele evento histórico limite. Isso explica porque, ainda que o nazismo seja um fenômeno exaustivamente estudado, frequentemente ele permanece um tabu nas histórias individuais, nas conversas familiares e na biografia de personagens públicos.

Em Maus, o cartunista Art Spiegelman narra uma situação familiar que coloca em cena alguns dos pontos levantados por Pollak. Art, filho de sobreviventes de um campo de concentração nazista, se esforça para recontar as memórias do pai, o senhor representado nos quadrinhos, e da mãe, Anja, que se suicidou em 1968 e de quem só restaram seus diários. A busca pelos diários de Anja revela o conflito entre a vontade de lembrança do filho e o desejo de esquecimento do pai.



SPIEGELMAN, Art. Maus: a história de um sobrevivente. Ilustrações do autor; trad. Ana Maria de Souza Bierrenbach. São Paulo: Brasiliense, 1987. 2 volumes.

Na seção seguinte do texto, é então pontuado que a fronteira entre o dizível e o indizível é o que separa uma memória coletiva subterrânea (de grupos minoritários ou da sociedade civil dominada) de uma memória coletiva organizada (do Estado ou da sociedade majoritária). Enquanto às memórias clandestinas cabe o silêncio e a transmissão informal em pequenas redes de comunicação, a memória oficial passa por um trabalho de organização para que adquiram credibilidade no espaço público.

Na seção intitulada “o enquadramento da memória”, Pollak propõe um novo termo para classificar a memória coletiva, especificamente aquela de natureza oficial, nacional, dominante. O desenvolvimento do argumento tem início com o reconhecimento de que o estudo da memória institucionalizada implica a análise de sua função; qual seja: a de manutenção da coesão do grupo, reforçando as fronteiras que estabelecem os elementos comuns, o pertencimento. Isso significa fornecer um quadro de referências e pontos de referência.

O conceito de “memória enquadrada” explorado por Pollak seria, segundo seu argumento, mais adequado para o estudo das memórias oficiais do que o termo amplo de “memória coletiva”, pois, o que se verifica, nesse caso, é um trabalho deliberado de enquadramento.

Nesse sentido, o exercício de enquadramento da memória de um grupo trata-se da reinterpretação constante do passado em função de interesses do presente ou do futuro. Para tanto, certos critérios precisam ser observados:

um esforço de justificação – recusar isso, segundo ele, significa “admitir o reino da injustiça e da violência”;

uma exigência de credibilidade – sujeita à coerência e à solidez dos discursos sucessivos, deve estar atenta para garantir o reconhecimento, o sentimento de identidade individual e do grupo aos quais aquela leitura do passado se refere;

a escolha de testemunhas confiáveis pelo poder constituído que também se apresentem como portadores de uma suposta objetividade científica e isenção profissional compõe o terceiro ponto a ser observado para o controle da memória (este é o caso dos pesquisadores e “historiadores” oficiais).

O rastro visível e palpável desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais que servem como pontos de referência de outro tempo: museus, monumentos, edifícios. Os pontos de referência que mais incisivamente atuam sobre nossas lembranças são de natureza sensorial. Apesar de se apresentar como discurso racional e objetivo, o trabalho de enquadramento da memória se dirige, mais do que às capacidades cognitivas, aos sentimentos. Por isso, a produção cinematográfica é seu melhor suporte, sendo capaz de realizar o trabalho de enquadramento da memória e transmiti-la recorrendo às emoções.

4. O Mal Do Passado

Esther Mujawayo, uma sobrevivente do genocídio em Ruanda, narra uma das dificuldades enfrentadas no exercício do testemunho. Nesse caso, a dificuldade em encontrar escuta mesmo entre profissionais preparados, em tese, para isso:

“estes psicólogos... não queriam ouvir nosso traumatismo senão sob a forma que eles o compreendiam. [...] percebíamos que o país se transformava em um campo de experiências de um bando de aventureiros e antes de mais nada, de aprendizes de psicólogo, de engenheiros, médicos. Quantos energúmenos nós não vimos? [...] a maior parte dos que emprestam fundos e agentes humanitários são pessoas apressadas e, como todas as pessoas apressadas, frequentemente julgam antes de escutar: eles querem soluções rápidas, eficazes como mecanismos de automóvel, mas que não podem funcionar com humanos, ainda menos com humanos que saem de um genocídio. Eles querem se livrar da sua culpa com programas rápidos.”

Coquio, Catherine. *Rwanda. Le réel et les récits*. Paris: Belin. 2004. p. 84

Na última parte do texto, Pollak trata das reminiscências pessoais e de sua transmissão. Apesar de reconhecer que uma história de vida pode ser apresentada de inúmeras maneiras, em função do contexto no qual é relatada, ele observa que essas variações são também limitadas. Isso porque, em nível individual, também há a expectativa nessas lembranças de coerência e continuidade, como sinais distintivos de credibilidade e de um sentido de identidade assegurados. A esse respeito, vidas marcadas por rupturas e traumatismos tornam muito difícil o trabalho de uma construção com coerência e continuidade de sua própria história.

Outras dificuldades e bloqueios são resultado de reflexão sobre a própria utilidade de falar e transmitir seu passado. Diante da angústia de se fazer compreender, na ausência de um enquadramento adequado, o silêncio sobre si próprio pode ser uma condição necessária para manutenção da comunicação com o meio ambiente. Com isso, ele conclui que, mesmo no nível individual, o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida.

3. A especificidade da história como memória social, seu papel na cultura contemporânea e sua relação com a questão da memória e a da identidade

Texto base: TODOROV, Tzvetan. Los abusos de la memoria. Barcelona: Paidós, 2000.

1. Introdução

Tzvetan Todorov (1939) foi um filósofo e teórico literário búlgaro, radicado na França, para onde migrou em 1963. Sua produção acadêmica versa sobre objetos diversos. Foi grande difusor do formalismo russo, tendo pesquisado essa corrente de crítica literária a partir de uma visão estruturalista; escreveu sobre a literatura fantástica, obra seminal no estudo desse campo, a definindo a partir da teoria dos gêneros literários e do preenchimento de certas condições.

Com A Conquista da América, Todorov teve como mote o conceito de alteridade na análise do processo de colonização espanhola na América. Publicou ainda trabalhos importantes, nos quais tratou da oposição entre barbárie e civilização, dos totalitarismos, da democracia em seu frágil equilíbrio e suas ameaças internas, como a falta de pluralismo, a xenofobia e a hostilidade com os imigrantes.

Este capítulo se pautará sobre o pequeno, mas influente, livro Los abusos de la memoria. A primeira versão desse texto foi apresentada em Bruxelas, em 1992, no congresso História e Memória de los crímenes e genocídios nazis, organizado pela Fundação Auschwitz.



Todorov começa apresentando o problema da luta contra a memória. A esse respeito, coube aos regimes totalitários do século XX a revelação da existência de um perigo antes insuspeito: a supressão da memória, que, embora não fosse exclusividade de tais regimes, neles atingia uma maior radicalidade. Esse trabalho de ocultação de atos e de manipulação das narrativas explicita que a conquista das populações passa pelo domínio da informação e da comunicação.

De outro lado, a resistência, o combate aos regimes totalitários passa necessariamente pela difusão de informação. Tal conformação fez com que todo ato de recordação e de reconstrução do passado fosse entendida como oposição ao poder, levando a memória a se revestir de grande prestígio. O autor lembra ainda a crítica às democracias liberais da Europa Ocidental e América do Norte, que, com o incentivo ao consumo

desenfreado, prazeres instantâneos e pela superabundância de informação, contribuem para a deterioração da memória - ameaça muito mais eficaz por não encontrar resistência equivalente.

2. Morfologia

Aqui, o texto faz sua inflexão principal ao pontuar que a exaltação incondicional da memória e a condenação do esquecimento são problemáticos, considerando a grande carga emocional que, em contextos extremos, envolve o testemunho sobre o passado. Isso se deve ao fato de toda memória ser uma seleção do passado, tornando impossível o acesso integral a ele. Ou seja, memória e esquecimento não são coisas opostas, mas operações do mesmo processo. Essa inflexão marca a diferença entre a discussão anterior proposta com o texto do Michael Pollak e a abordagem desenvolvida por Todorov.

Funes, o Memorioso, conto de Jorge Luis Borges, narra a história de um homem que adquiriu uma capacidade de recordar prodigiosa, mas que, por outro lado, estava impossibilitado de esquecer. Sem conseguir fazer seleções dos conteúdos a serem lembrados ou esquecidos, era incapaz de articular a memória, elaborar conhecimentos.

“Os dois projetos que foi indicado (um vocabulário infinito para a série natural dos números, um inútil catálogo mental de todas as imagens da lembrança) são insensatos, mas revelam certa balbuciante grandeza. Nos deixam vislumbrar ou inferir o vertiginoso mundo de Funes. Este, não o esqueçamos, era quase incapaz de ideias gerais, platônicas. [...] Era o solitário e lúcido espectador de um mundo multiforme, instantâneo e quase intolerantemente preciso.

[...]

Havia aprendido sem esforço o inglês, o francês, o português, o latim. Suspeito, contudo, que não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No mundo abarrotado de Funes não havia senão detalhes, quase imediatos.”

BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. Rio de Janeiro: Ed Globo. 1986

Segundo Todorov, os termos a serem contrapostos são supressão e conservação. Já que toda memória é uma interação entre lembrança e esquecimento, o que é reprovável nos totalitarismos é o controle dessa seleção. Nenhuma instituição deveria arbitrar sobre os elementos a serem conservados ou subtraídos do passado – ainda que com boas intenções – pois tal atuação fere o direito dos indivíduos e grupos de conhecer e dar a conhecer sua história.



O autor sugere, então, a distinção entre a recuperação do passado e sua utilização subsequente. Como seleção, os critérios que orientam a recordação são os mesmos a orientar seus usos. Contudo, sob o ponto de vista da legitimidade, o direito à recordação não se estende para os usos que se podem fazer do passado. Sobre a primeira operação, é correto dizer que, além de um direito, quando se refere a acontecimentos de natureza excepcional ou trágica, a recuperação da memória e o testemunho se convertem em dever. Mas sobre a segunda, sobre os usos da memória, não há como determinar o que se pode ou se deve fazer de antemão

Roberta Sales, em entrevista com a antropóloga Olga Rodrigues de Moraes von Simson, levanta questões sobre o direito e o dever de memória e de esquecimento no contexto do crime ambiental relativo ao rompimento da barragem do Fundão, dos distritos de Mariana. Selecionamos para a reflexão um trecho da entrevista.

“Em razão da tragédia, há um toque de sirene na cidade para lembrar as vítimas e para que o fato não seja esquecido. A Sirene também é o nome de um jornal que circula na região de Mariana, com relatos e memórias de moradores. Gostaria de ouvir seus comentários sobre o valor dessas ações para inibir o esquecimento do fato e para preservar a memória das vítimas.

Olga: No momento essas ações têm um significado, no sentido de impedir o esquecimento, mas acredito que esse tipo de atuação sobre a memória dessa população não possa ser permanente, porque todos nós temos o direito de esquecer. Orientei o doutorado de um pesquisador de Minas Gerais que estudou a tragédia da Gameleira, que ocorreu durante o governo militar. O doutorando, um migrante da zona rural que à época da tragédia trabalhava na construção civil, não estava no momento do acidente, mas ouviu vários relatos de operários e vítimas do episódio e optou por reconstruir a tragédia em sua pesquisa de doutorado. É um tipo de pesquisa dura, que trabalha com memórias sofridas das famílias de mortos e sobreviventes aleijados. Nos levantamentos, era comum os entrevistados declararem ao pesquisador: “Que bom que você veio mexer nisso, levantar e registrar esses dados, porque agora a gente tem o direito de esquecer. Não podíamos esquecer, pois não estava registrado. Agora que você reconstruiu e registrou, conquistamos o direito de esquecer”. O esquecimento também é um direito que precisa ser garantido a todos, inclusive às vítimas da lama, para que eles possam viver com sanidade mental. **Apesar de pouco noticiados, existem relatos de tentativas de suicídio e de suicídios consumados, motivados pela tragédia. Há como fazer uma reflexão entre suicídio e memória? Há uma memória do trauma?**

Olga: As referências do passado foram embora. A população não tem mais as bases para a reconstrução do que chamamos de memória individual. Ela só tem uma memória coletiva que lhe é imposta pela mídia, pela Samarco e por diversos artifícios criados pela sociedade. O indivíduo se desespera por não ter mais o direito à sua memória familiar e à memória de seu grupo social, sem as quais ela não consegue reconstituir e manter sua memória individual. Faltam às pessoas de lá as referências básicas para a construção dessa memória. Nesse caso, elas perdem o direito de lembrar.”

CALDAS, Graça (Org.). *Vozes e silenciamentos em Mariana: crime ou desastre ambiental?* 2. ed. Campinas: BCCL/UNICAMP, 2

3. Entre Tradição E Modernidade

O autor pontua que, ao longo da história, as diferentes sociedades fizeram usos distintos da memória, mas a postura assumida pelas sociedades ocidentais contemporâneas seria singular nesse aspecto. Segundo Todorov, desde o Renascimento, a Europa inaugurou um tipo de sociedade inédito, que deixou de apreciar incondicionalmente as tradições e o passado, prescindindo da memória em benefício de outras faculdades. Essa observação passou a ser sustentada pelo levantamento de diferentes esferas em que esse movimento pode ser observado.

No âmbito político, a tradição deixou de ser meio privilegiado de legitimação, ao passo em que a sociedade passou a ser governada pelo modelo de contrato social, em nome da vontade geral, da eleição da maioria. No campo científico, a memória foi rechaçada diante da valorização da observação, da inteligência e da razão, o que se verifica na desvalorização das ciências da memória – embora essa soberania não seja, nem deva ser, absoluta.



Em relação à arte, o critério de novidade passou a ocupar o papel de única condição de valor artístico, ignorando-se a conexão das vanguardas com o passado e a tradição, condição, aliás, de compreensão. No espaço da cultura, por seu turno, assiste-se ao reconhecimento e às trocas com as culturas estrangeiras, assim como a valorização da capacidade de desprender-se da cultura de origem.



4. O Bom Uso

Usando como exemplo o trabalho psicanalítico, no qual memória ocupa papel central, Todorov explica que a cura para a neurose - entendida como repressão de certas lembranças da memória viva - é o trabalho de recuperação e alocação destas em posição periférica, onde são inofensivas. Ou seja, a recuperação do passado é indispensável, mas o passado não deve reger o presente. Ao indivíduo deve estar assegurado o direito de fazer do seu passado o uso que preferir, inclusive esquecer. Embora essa liberdade não seja ilimitada, uma vez que a identidade pessoal está construída pelas imagens que se possui do passado, a memória seguirá sendo responsável pela produção de convicções e sentimentos.

No que cabe à vida pública, há inúmeros exemplos de abusos da memória, de recordações sendo mobilizados para alimentar o ódio, por meio da exploração de passados de sofrimentos como fonte de poder e privilégio. Nesse sentido, o autor chama a atenção para o fato de que nem todos os usos da memória são legítimos e justificáveis, o culto da memória não serve sempre às boas causas.

5. Memória E Justiça

Nessa seção, o autor tenta definir critérios para distinguir de antemão os bons e os maus usos da memória.

Ele sugere que, mais adequado do que se perguntar sobre os resultados que serão produzidos por esses usos, é fundar a crítica em uma distinção entre diversas formas de reminiscência, denominadas por ele como modo literal e modo exemplar.

Modo literal - trata-se do acontecimento recuperado em sua literalidade, mantido como intransitivo, ou seja, não conduzindo para nada além de si mesmo. As associações estabelecidas a partir dele, nesse caso, se situam em direta contiguidade entre passado e presente.

Modo exemplar - parte da recuperação do acontecimento como ferramenta para a compreensão de situações novas, trabalhando a partir de associações possíveis que dependem de semelhança e não de contiguidade.

Enquanto o modo literal se presta à sacralização da memória na medida em que trata os acontecimentos como incomparáveis e submete o presente ao passado, o modo exemplar é potencialmente libertador, porque permite usar as lições do passado com vistas à construção de um presente mais justo.

6. Singular, Incomparável, Superlativo

Os argumentos daqueles que defendem o modo literal da memória se baseiam na defesa de uma suposta singularidade absoluta dela, por dizer respeito a um evento perfeitamente único, o que torna qualquer comparação uma profanação que acaba por atenuar sua gravidade. Todorov responde a essa postura argumentando que todo fato é naturalmente singular e que a comparação é o único modo de fundamentar o debate racional. Afinal, não é possível afirmar que um fenômeno é único se jamais foi comparado com outro. Do mesmo modo, o passado só pode oferecer lições para o presente havendo associações possíveis, o que não implica em impor equivalências, justificar ou perdoar.

Sylvie Umubyeyu, uma sobrevivente do genocídio em Ruanda, desacreditada de qualquer possibilidade de benefício trazido pelo testemunho, acredita, por outro lado, na superação do mal, na reconciliação entre passado e presente por meio da justiça:

“No fundo de mim mesma não se trata de perdão ou de esquecimento, mas de reconciliação. O branco que deixou os assassinos agirem, não há nada a lhe perdoar. Quem olhou o vizinho abrir o ventre das moças para matar o bebê diante dos olhos delas, não há nada a perdoar. Não há por que desperdiçar palavras para falar desse assunto com esta gente. Só a justiça pode perdoar... Uma justiça que ofereça um lugar à verdade, para que o medo se esvaia... Um dia, talvez, uma coabitação ou uma ajuda mútua voltem a existir entre as famílias dos que mataram e dos que foram mortos.”

Hatzfeld, Jean. Uma temporada de facções. Relatos do genocídio em Ruanda. São Paulo: Companhia das Letras. 2005. p. 218.

7. A Exemplaridade

Nesta seção, são desenvolvidos argumentos em favor da memória exemplar; é um elogio à História. Isso é feito a partir da seleção de alguns casos de pessoas que se dedicaram a pesquisas, buscando compreender eventos do passado, tais como: os campos de concentração soviéticos, o genocídio armênio, e a escravização dos africanos. Esses exemplos mostram pessoas que tiveram o mérito de, partindo da própria desgraça ou do sofrimento alheio, ultrapassar o negacionismo, a reclamação do estatuto exclusivo de antiga vítima e a evocação de uma singularidade absoluta para o evento observado, conseguindo tirar lições do passado para atuar no presente no enfrentamento das injustiças atuais. Todorov conclui afirmando que é evidente a necessidade de conhecer a verdade sobre o passado, mas ressalta que nosso juízo procede de uma seleção de valores, logo o trabalho de recuperação do passado deve se orientar pela busca do bem, dos benefícios pretendidos pela sua utilização particular.

8. O Culto À Memória

Na seção final, o autor trata da obsessão contemporânea pela memória, da nostalgia de um passado que se distancia inevitavelmente e que, por isso, deve ser vigiado e celebrado.

Ele busca entender a emergência desse fenômeno a partir de três razões:

- a) O encaminhamento do mundo contemporâneo para uma crescente homogeneidade e uniformidade entra em conflito com a necessidade da maioria dos seres humanos de uma identidade coletiva. Tendo em vista que as representações do passado constroem as identidades individuais e coletivas, produzindo pertencimento, está dado o impulso para o novo culto à memória.
- b) A segunda razão é que se ater ao passado permite ignorar o presente, evitando qualquer responsabilidade pelas ameaças e desgraças atuais, ao mesmo tempo em que propicia os benefícios de uma boa consciência fundada em ações situadas no passado.

c) A terceira razão está ligada ao estatuto de vítima e à dificuldade em o abandonar, tendo em vista que tal postura traz algumas vantagens e privilégios no presente, de natureza simbólica e apelo moral, tão maiores quanto maior tiver sido o dano sofrido.

Logo, conclui Todorov, esse culto à memória não serve necessariamente à justiça; tampouco é forçosamente favorável à própria memória. A conservação da memória do passado deve servir como alerta para situações novas e análogas que exigem posicionamento. Aqueles que, por uma ou outra razão, conhecem o horror do passado têm o dever de alçar sua voz contra o horror do presente. Não se pode tratar o passado na medida da sacralização ou do aprisionamento, ele deve estar a serviço do presente, a memória à serviço da justiça.



4. O patrimônio entre a memória e a história: a nova memória e os “lugares de memória”

Texto-base: NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo (10), dez. 1993, p.7-28

1. Introdução

Entre memória e história: a problemática dos lugares trata-se de uma obra clássica do historiador francês Pierre Nora, de valor inquestionável para o debate a respeito das relações entre memória e história. A análise de Nora é uma reação ao frenesi arquivístico, museal, patrimonial no contexto francês. O autor interpreta essa postura como resultado de uma radicalização da consciência do passado como alteridade e, por conseguinte, ao advento de uma nova era da consciência historiográfica, que denuncia e busca se desvencilhar de tudo o que antes a aproximava da memória.

Cabe mencionar que estudos mais recentes, contudo, não só avaliam como exagerado e generalizador o diagnóstico que ele traça a respeito da experiência temporal nas sociedades contemporâneas, como defendem que a oposição entre história e memória não é uma postura sensata. Nessa direção, segundo François Dosse, “os estudos recentes de história social da memória mostram a que ponto essa oposição canônica entre história e memória não é pertinente. A própria aproximação dessas duas noções lembra a dimensão humana da disciplina histórica.”

Apesar das críticas, o texto de Nora é um testemunho de um contexto de forjamento de uma nova consciência historiográfica, pautada na percepção de uma ruptura crescente entre memória e história, o que, segundo o próprio Dosse, impulsionou a segunda a tomar a primeira como objeto de conhecimento. Além disso, o conceito de “lugares da memória” cunhado por Nora se tornou fundamental para o entendimento da relação do historiador com o patrimônio, pois examina alguns dos critérios principais envolvidos na patrimonialização.

2. O Fim Da História-Memória

Na primeira parte do texto, Nora trata daquilo que entende como o fim da identificação entre história e memória - separação que caracterizaria as sociedades contemporâneas. Isso seria consequência de uma nova experiência temporal, definida por ele com uma “aceleração da história”. Essa aceleração é definida como um fenômeno de “oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto”, ou como uma consciência de ruptura com o passado.



Segundo o autor, essa nova percepção do tempo foi desencadeada por um amplo processo de mundialização, democratização, massificação e midiaticização. Isso teria provocado o fim das sociedades cujo funcionamento tinha por alicerce a conservação de certos valores, tradições e conhecimentos ancestrais, acompanhado pelo fim do seu correspondente: as ideologias pautadas pela valorização da tradição.

Esse diagnóstico histórico é elaborado como pressuposto para o desenvolvimento de sua noção de “lugares de memória”, que nada mais são do que lugares onde a memória coletiva estaria aprisionada. A existência desses lugares é considerada consequência direta e atestado do diagnóstico de Nora: a desapareição da memória da dinâmica da vida social teria feito com que fossem criados lugares que lhe serviriam de refúgio, fora dos quais ela não operaria mais.

A saída da memória do funcionamento da vida social, a perda dos meios de memória, reservaria a tais lugares, a esses “restos”, a posição de marcos testemunhais, que ofereceriam condições para que, em momentos e espaços específicos, a memória pudesse ser mobilizada, artificialmente, é claro, pois já não haveria memória espontânea.

Nora argumenta que uma relação muito antiga de identidade entre história e memória teria sido rompida, gerando formas opostas de relação com o passado. A atuação da memória seria inconsciente, espontânea, sacralizadora, condição e resultado do próprio funcionamento e reprodução da vida social, fenômeno sempre atual, na medida em que supõe identidade absoluta entre passado e presente. A história, ao contrário, seria dessacralizante, reconstrução sempre defeituosa do que não existe mais, uma substituição da coisa em si (o “passado vivo, ou passado presente”) por uma representação do passado como tal, ou seja, dimensão pretérita.

Assim como diferentes relações com o passado, memória e história representariam também conhecimentos de naturezas distintas. A memória seria afetiva ao supor, por parte dos sujeitos a quem se dirige, plena identificação e engajamento emocional. Também mágica, uma vez que estaria voltada a uma origem mítica, marcada e reatualizada pelo tempo ritual das celebrações e distante do conhecimento racional, já que seu entendimento supõe aceitar o mistério que o mito encerra, logo, vulnerável a usos e manipulações diversas.

Por sua vez, a história, no estatuto de ciência social, suporia distanciamento afetivo, reforçando a desidentificação entre passado e presente. Como discurso racional, ela romperia com qualquer apelo místico antes ensejado pela memória em sua relação com o passado, em que nada deve escapar ao olhar inquiridor, analítico e crítico da razão.

No romance Talvez Esther, a ucraniana Katja Petrowskaja realiza um esforço para recontar a memória de sua família, completamente fragmentada pelos eventos da II Guerra Mundial. Seu exercício de reconstrução genealógica assume contornos existenciais quando a autora, que não se sente russa ou judia, nem ucraniana ou ligada à Polônia, diz viver assombrada pelo sentimento de perda ligado à “atrofia da memória” familiar. A realização desse trabalho representa o desejo de memória, do testemunho capaz de preencher um vazio, problema que a história não resolve:

“Quando Lida, a irmã mais velha de minha mãe, morreu, compreendi o significado da palavra ‘história’. Minha ânsia por saber estava madura, eu estava pronta para enfrentar os moinhos de vento da memória, e foi então que ela morreu. Ali estava eu, a respiração presa, prestes a fazer minhas perguntas, e assim fiquei; se estivesse numa história em quadrinhos, meu balão estaria em branco. História é quando, de repente, não há mais ninguém a quem perguntar, só restam as fontes. Eu não tinha mais ninguém a quem pudesse fazer minhas perguntas, ninguém que pudesse se lembrar dos tempos passados. Tudo que me restava eram fragmentos de lembranças, além de apontamentos e documentos duvidosos guardados em arquivos distantes. Em vez de fazer as perguntas a tempo, eu me engasgava com a palavra ‘história’. Era adulta, agora que Lida tinha morrido? Sentia-me à mercê da história.”

PETROWSKAJA, Katja. *Talvez Esther*. Trad. Sergio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

Por fim, a diferença diz respeito ao alvo e à função social entre uma e outra modalidade de relação com o passado. Enquanto a memória emergiria de um grupo, que como condição para o reforço de sua identidade e coesão, a defenderia, a história, nas palavras de Nora, “pertence a todos e a ninguém”. Isto é, a história pertenceria a ninguém, porque seria completamente alheia à função identitária da memória, uma vez que disso depende sua tão almejada objetividade. Complementarmente, ela imagina ser de todos e para todos, visto que como discurso científico se pretende universal.

3. A Memória Tomada Como História

Na segunda seção, Nora afirma que tudo o que hoje é chamado de memória, não é realmente memória, mas história. Ou seja, trata-se de uma história que se apresenta como memória.

Essa modalidade de representação do passado se apresenta, segundo o autor, conforme três aspectos principais, os quais ele desenvolve, reforçando seu diagnóstico inicial e suas diferenciações entre história e memória.

Em primeiro lugar, verifica-se a versão **memória-arquivo**. O desaparecimento da memória viva, espontânea, operante na vida social teria causado uma crescente necessidade de preservação de vestígios do passado, uma verdadeira obsessão pelo arquivo e pelo patrimônio, que resulta num acúmulo gigantesco de estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, ou seja, a ampliação sem limite e, portanto, problemática, do conceito de patrimônio.

Em segundo lugar, esta é uma **memória-dever**. O fim da memória - e o consequente comprometimento de sua função identitária - teria carregado consigo a obrigação individual do resgate de seu próprio passado, pois, a menos que uma consciência individual dela se encarregue, a memória não estaria mais em lugar nenhum.

Em terceiro lugar, ela se metamorfoseia em **memória-distância**. Se antes a memória se caracterizava por uma continuidade entre passado e presente, esta “memória-história” é marcada pela descontinuidade, isto é, por um passado que se vive como ruptura, como radicalmente outro.

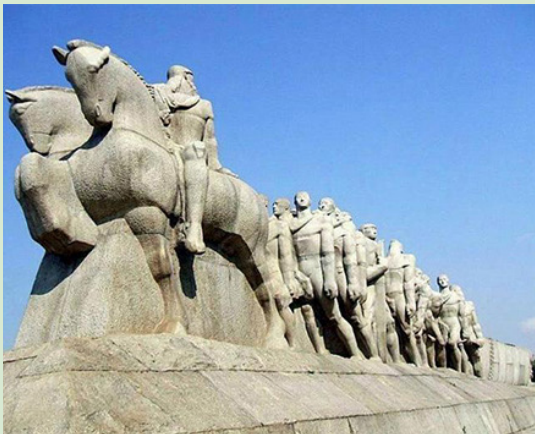
4. Os Lugares De Memória, Uma Outra História

Já na última seção do texto, Nora se dedica a traçar as características daquilo que ele designou como “lugares de memória”. Ele os apresenta como lugares simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais, diferindo apenas quanto ao grau.

Como a noção de patrimônio está, nesse texto, envolvida pelo conceito de “lugar de memória”, esta seção se torna central para o entendimento da lógica de nosso curso, ao abrir a discussão para as relações entre memória, história e patrimônio. Interessa a nós, em especial, a explicação de Nora a respeito de como a transformação de algo em “lugar de memória” resulta de duas vontades conjugadas:

- **Uma dessas vontades é a intenção de memória em seu sentido original** - a que vê o passado como continuação do presente (que, como o próprio texto sugere, não está tão morta como outras passagens insistem). A existência dessa vontade depende da existência de grupos que estabeleçam relação de identidade com um dado passado, que entrem em comunhão com ele. Na ausência de tal disposição, os lugares de memória seriam apenas lugares de história. E, como tais, seriam vestígios de uma alteridade incontornável, a partir dos quais qualquer tipo de identificação com o passado é impossível.
- **A outra vontade provém daquela nova memória** - aquela que, conforme aponta Nora, diz respeito à experiência temporal própria do conhecimento histórico, a qual enxerga o passado como ruptura. Como, segundo o autor, a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, esses lugares “só vivem de sua aptidão para a metamorfose”, logo, seria indispensável a experiência do tempo como história.

Emblemático a esse respeito é o Monumento às Bandeiras e as discussões suscitadas sobre ele contemporaneamente, que extrapolam os limites do texto de Nora. Sugerem novas reflexões sobre a relação do patrimônio com a memória, a história e a identidade e “sua aptidão para a metamorfose”. A primeira imagem mostra o monumento, desenhado por Victor Brecheret na década de 1920, inaugurado em 1953 e tombado em 1984. A obra, que ocupa espaço privilegiado no Parque do Ibirapuera, foi pensada como homenagem aos bandeirantes, celebrados naquele momento como heróis nacionais e símbolos da identidade brasileira. A segunda figura retrata a intervenção de 2013, feita no contexto de uma manifestação popular contra a PEC que propunha mudanças na demarcação de terras indígenas.



Sobre a intervenção na escultura, o líder indígena Marcos Tupã, afirmou:

“Ela deixou de ser pedra e sangrou. Deixou de ser um monumento em homenagem aos genocidas que dizimaram nosso povo e transformou-se em um monumento à nossa resistência [...]. Foi apenas nesse momento que esta estátua se tornou um verdadeiro patrimônio público, pois deixou de servir apenas ao simbolismo colonizador das elites para dar voz a nós, indígenas”

BARBOSA, Arthur Gomes. *Entre sentidos, monumentos como estruturas limítrofes: Um olhar sobre o sangramento do Monumento às Bandeiras de Victor Brecheret*. In: PIXO – revista de arquitetura, cidade e contemporaneidade. Pelotas: Ufpel, v. 2, n. 7, 2018. p. 136-149.

Essa tirinha do Armandinho, por Alexandre Beck, se refere a outro episódio, de 2016, em que o Monumento às Bandeiras foi pintado com tintas coloridas.



Em suma, os “lugares de memória” resultariam tanto de uma relação do passado, conforme engendrada pela memória em seu sentido original, como por aquela promovida pela vivência do passado como alteridade. Isso é como história, nas palavras do autor: “um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobre determinação recíproca”.

A razão de existirem “lugares de memória” residiria, então, na percepção de que o tempo dissolve cada vez mais os laços que nos unem com o passado e que, por isso, são necessários cuidados, lugares e ocasiões específicas para estabelecer uma identidade, que deixou de ser condição para o próprio funcionamento da sociedade. Complementarmente a isso, a própria sobrevivência desses “lugares de memória” dependeria de sua capacidade de mudar seus nexos com o passado, respondendo às demandas seguidamente recolocadas e reatualizadas pela dinâmica histórica.

Leituras recomendadas

- BLOCH, Marc. "Memória coletiva, tradição e costume: a propósito de um livro recente". In: BLOCH, Marc. *História e Historiadores: textos reunidos por Étienne Bloch*. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora. 2001.
- COQUIO, Catherine. *Le réel et les récits*. Paris: Belin, 2004.
- DOSSE, François. A oposição História/Memória. In: DOSSE, François. *História e ciências sociais*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2004, p. 169-193.
- FRANÇOIS, Étienne. Os "tesouros" da Stasi ou a miragem dos arquivos. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998. p. 155-161.
- HARTOG, François. Tempo e história: "como escrever a história da França hoje"? *História Social*. Campinas (SP), nº 3, 127-154, 1996.
- HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36. p.261-273, Jul/Dez 2006.
- HITE, Katherine. El monumento a Salvador Allende em el debate político chileno. In: JELIN, Elisabeth; LANGLAND, Victoria (orgs). *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*. Buenos Aires: Siglo, 2007, p.19-55.
- HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente - modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- LE GOFF, Jacques. Documento e monumento. In: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 3a. ed. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1994.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. p. 200-215.
- POMIAN, Krzysztof. "Memória". In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 42. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000. p. 507-516.
- REVEL, Jacques. Maurice Halbwachs e os primeiros Annales. In: REVEL, Jacques. *Proposições: ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. p. 47-71.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- ROUSSO, Henri. A memória não é mais o que era. In: Amado, J.; Ferreira, Marieta de Moraes (orgs.) *Usos e abusos da História Oral*. Ed. FGV, 1996.
- SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- TODOROV, Tzvetan. O século de Primo Levi. In: _____. *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: Arx, 2002. p. 210-220.

Parte 2

Leonardo Civalé

O nosso objetivo é provocar o diálogo e compreender os usos da memória e as construções narrativas sobre as identidades locais, tendo como base a invenção do patrimônio natural, material e intangível. O curso parte do pressuposto que a memória é o material fundamental para a construção da identidade e do patrimônio dos locais e, como tal, é narrada por grupos privilegiados nas diferentes experiências históricas. O privilégio de um grupo sobre os usos da memória, em detrimento de tantos outros possíveis, revela uma disputa simbólica pela identidade.

O curso se propõe, portanto, a uma visão panorâmica sobre um longo período histórico. Nesse período, entre meados dos anos 80 do século XX e as duas primeiras décadas do século XXI, tem lugar um fenômeno social, ainda em curso: a crise das grandes referências memoriais e identitárias do século XX e a explosão de memórias e identidades fragmentadas, fruto da emergência de diferentes grupos identitários. Tal fenômeno pode ser interpretado, por um lado, com receio, pois se trata do fim de um período de estabilidade política; ou, por outro lado, com regozijo, pois representa a emergência de grupos identitários subalternizados, suas múltiplas narrativas identitárias e seus desejos de exercício pleno de cidadania.

As identidades nacionais são, certamente, os maiores investimentos na “memória coletiva” durante quase todo o século XX até, pelo menos, as grandes transformações provocadas pelo processo de globalização, a partir dos anos 1980. Durante esse período, presenciamos desde o enquadramento da memória, no sentido de construir um patrimônio cultural e uma paisagem que fossem os espelhos do Estado nacional, até o recuo e o esgotamento das grandes referências memoriais, em um cenário mundial construído pelo processo de globalização e marcado por uma realidade política pós-colonial.

Vamos nos debruçar, portanto, sobre a maneira como se construiu a “memória coletiva”, como resultado da narrativa de um grupo, e chegar até o momento de recuo e esgotamento dessa memória e a ascensão de novos grupos identitários, passando pela invenção e usos do patrimônio e das paisagens como elementos fundamentais no processo de construção da identidade.

Em outras palavras, estas aulas visam não apenas escovar à contrapelo a legitimação do domínio, seja nos aspectos simbólicos, seja no espaço concreto, de um determinado grupo social sobre a miríade de outros tantos que compõem a sociedade. Mas, sobretudo, pretendem provocar a reflexão sobre o papel do patrimônio, seja este material, imaterial ou natural na emergência de novas identidades e no fortalecimento de uma cidadania exercida com vigor e plenitude como forma de apropriação do espaço.

5. Memória e identidade

Memória e identidade são conceitos chaves para compreendermos como se construiu o patrimônio cultural. Aqui, vamos mostrar como se dá a construção de memórias coletivas.

Segundo o antropólogo Jöel Candau, a memória se manifesta em indivíduos, grupos e sociedades e a questão central é como se dá a relação entre memória individual e aquilo que se considera memória coletiva.

Três conceitos básicos sobre memória: a protomemória, a memória individual e a “memória coletiva”.

1. Protomemória

A protomemória é calcada no hábito. É a memória social gravada na carne; é o conceito de habitus elaborado por Bordieu. Habitus é o saber que o corpo carrega; é o conhecimento que vem por meio do corpo. O habitus é a presença do passado gravada no corpo. A protomemória é a memória colada na experiência de vida, a memória fundadora da identidade.

2. Memória Individual

Esta é a memória de recordações e/ou reconhecimento; da evocação deliberada de lembranças autobiográficas. A memória individual se manifesta por meio de lembranças enciclopédicas, ou seja, pelos saberes, crenças, sensações e sentimentos.

3. Metamemória

É o conhecimento que o indivíduo tem de sua própria memória. É, portanto, a representação que cada indivíduo faz de sua memória. Metamemória é o que o indivíduo fala de sua própria memória; é a memória reivindicada e ostensiva. Trata-se do local de construção explícita da identidade. É com a metamemória que se dá a narrativa da identidade.

A protomemória e a memória individual dependem diretamente da faculdade da memória. A metamemória, entretanto, é uma representação e, por isso, ela é a matéria da identidade e do patrimônio. Em grupos, apenas a metamemória é mobilizada. Nessa circunstância, a memória é a memória coletiva.

4. A Memória Coletiva Como Tecido Do Patrimônio Cultural

A memória coletiva é produzida pela metamemória. Um grupo ou uma sociedade não recorda, de forma culturalmente determinada e socialmente organizada; apenas uma proporção maior ou menor de membros do grupo ou da sociedade será capaz de

falar da memória. A memória é enquadrada por alguns membros do grupo. A memória produzida ou enquadrada por um pequeno grupo é interpretada como sendo a memória de todo o grupo ou de toda a sociedade.

Podemos encontrar na imprensa ou na literatura de valorização do patrimônio inúmeros exercícios desse enunciado evocando “memória coletiva” - enunciados que acompanham a valorização de uma identidade local.

5. Lembranças Ou Representações Do Passado

Os indivíduos se percebem membros de um grupo e produzem representações sobre a origem, história e natureza desse grupo. Os conceitos de memória e identidade são construções sociais que surgem em um quadro de relação dialógica com o “outro”.



O termo identidade é sempre uma representação; já o objeto patrimonial que se quer preservar, conservar ou restaurar é sempre descrito como um marco da identidade desse grupo. A memória é a reconstrução permanente do passado, mais do que uma reconstrução fiel dele. A memória é mais um enquadramento do que um conteúdo. As experiências passadas não podem ser memorizadas, conservadas e recuperadas.

6. A circunstância histórica da modernidade tardia

A base teórica deste item se baseia nas ideias de David Harvey, Manuel Castells e Nestor Canclini e Pierre Nora.

As transformações da base produtiva, a circulação mundial de bens e produtos, a expansão do capital, a velocidade dos transportes, a revolução na transmissão da informação e a explosão do turismo de massas produziram a unificação de mercados e, consequentemente, a construção de um espaço globalizado. Essas transformações alteraram não apenas as noções de tempo, mas também o espaço no mundo contemporâneo (HARVEY, 1989, p.67). O tempo se comprime e o espaço se assemelha a uma rede informacional (CASTELLS, 1997, p.10).

Essas profundas transformações podem ser interpretadas como uma visão intelectualizada ou uma perspectiva acadêmica da modernidade tardia. No entanto, os efeitos dessas mudanças afetam a todos e todas. Não há quem se mantenha incólume, nem ao menos se inquiete ou se angustie, desde o indivíduo mais simples até aquele que pode ter acesso à cultura letrada, diante das consequências da chamada globalização.

A sensação mais comum a todos e todas é de ruptura com as tradições, com um mundo que era familiar e regido por circunstâncias locais. Para alguns, o sentimento é de ordem política, pois se trata de uma perda de poder sobre as ações exigidas pela cidadania. Outros vivem o momento de maneira visceral; em outras palavras: sentem o efeito, na carne, como uma perda de identidade ou um processo violento de desculturalização.

1. O Sentimento De Perda

À primeira vista, a configuração volátil do capitalismo tardio pode sugerir o desaparecimento progressivo de organizações políticas regionais ou nacionais, modos de vida locais e paisagens culturais. Realidades fortemente ancoradas em bases locais ou regionais.



Entretanto, a despeito da realidade espaço-temporal, que estende o tempo presente e encurta as distâncias entre os lugares (HARVEY, 1989), presenciamos a emergência de novos fenômenos sociais. O período histórico que engloba as últimas décadas do século XX e as primeiras do século XXI trouxe à tona, com importância cada vez maior, as noções de memória, patrimônio cultural e identidade. Segundo o historiador Pierre Nora, “identidade, memória e patrimônio seriam as três palavras-chaves da consciência contemporânea” (NORA, 1992, p.1010).

2. O Papel Do Patrimônio No Tempo Presente

1. O patrimônio não inclui apenas a herança de cada povo, as expressões “mortas” de sua cultura (sítios arqueológicos, arquitetura colonial, antigos objetos em desuso),

mas também os bens culturais, visíveis e invisíveis: novos artesanatos, conhecimentos, documentação e comunicação do que se considera apropriado por meio das indústrias culturais

2. Ampliou-se a política patrimonial de conservação e administração do que foi produzido no passado aos usos sociais que relacionam esses bens com as necessidades contemporâneas das maiorias.

3. Em oposição a uma seletividade que privilegiava os bens culturais produzidos pelas classes hegemônicas (pirâmides, palácios, objetos ligados à nobreza ou à aristocracia), reconhece-se que o patrimônio de uma nação também se compõe dos produtos da cultura popular: música indígena, textos de camponeses e operários, sistemas de autoconstrução e preservação dos bens materiais e simbólicos elaborados por todos os grupos sociais.

3. Os Agentes Do Patrimônio

Como espaço de disputa econômica, política e simbólica, o patrimônio está atravessado pela ação de três tipos de agentes: o setor privado, o Estado e os movimentos sociais.

As contradições no uso do patrimônio têm a forma que assume a interação entre estes setores em cada período:

A ação privada: em relação ao patrimônio, está regida pelas necessidades de acumulação econômica e reprodução da força de trabalho. Frequentemente, essa tendência leva à exploração indiscriminada do ambiente natural e urbano, à expansão voraz da especulação imobiliária e do transporte privado, em detrimento dos bens históricos e do interesse das maiorias.

O Estado: tem uma relação ambivalente com o patrimônio. Sem o Estado, no caso do Brasil, não haveria praticamente nada em termos de patrimônio. A intervenção do Estado conseguiu e consegue fazer com que não apenas o patrimônio dito de “pedra e cal”, mas também a voz dos diversos grupos culturais do patrimônio inatingível seja registrada. Além disso, faz com que vários grupos transcendam sua conexão exclusiva com a cultura local.

Os movimentos sociais: durante décadas, a esquerda cometeu o erro de dar pouca importância aos monumentos históricos, por acreditar que eram parte da memória da cristalizada da classe dominante.

4. O Patrimônio No Presente

Segundo Canclini, em anos recentes, a expansão demográfica, a urbanização descontrolada e a depredação ecológica suscitaram movimentos sociais preocupados em recuperar bairros e edifícios, ou em manter o espaço urbano habitável.



É compreensível que as classes populares, enredadas na escassez das moradias e na necessidade da sobrevivência, se sintam pouco envolvidas na conservação de valores simbólicos, sobretudo se não são os seus. Mesmo no seu próprio capital cultural, os setores subalternos manifestam, às vezes, uma posição tibia ou vacilante, como se tivessem interiorizado a atitude desvalorizadora dos grupos

dominantes dirigida à cultura popular. A experiência histórica tem mostrado que os setores médios e populares aprofundam mais a consciência coletiva.

Novos movimentos, desde os populares urbanos até os ecológicos, começaram a mudar, lentamente, a agenda pública, ampliando o debate sobre o patrimônio.

5. O Novo Cenário Da Modernidade Tardia

A questão do patrimônio ambiental – natural e urbano - não pode ser vista apenas como responsabilidade dos governos.

Compreende-se que, se não houver, mobilização social pelo patrimônio, dificilmente o governo irá vinculá-lo às necessidades atuais e cotidianas da população.

O efeito resgate do patrimônio inclui sua apropriação coletiva e democrática; ou seja: criar condições materiais simbólicas para que todas as classes possam encontrar nele um significado, e compartilhá-lo.

6. Os Usos Do Patrimônio

O paradigma participacionista concebe o patrimônio e sua preservação, relacionando-o com as necessidades globais da sociedade. As funções, como o valor intrínseco do patrimônio, o seu interesse mercantil e sua capacidade simbólica de legitimação, são subordinadas às demandas presentes dos usuários. A seleção do que se preserva e a maneira de fazê-lo devem ser decididas por um processo democrático, no qual os interessados intervenham, trazendo para o debate seus hábitos e opiniões.

O acento na participação social é o recurso-chave para se evitarem os dois efeitos mais frequentes nas cidades ou bairros antigos, que é a sua conversão em:

- **“cidades-museu”** - ilustrações históricas de estruturas e formas que ficaram sem função, e
- **“cidades esnobes”** - áreas apropriadas para uma elite de artistas, intelectuais, burgueses e especuladores, que veem nesses conjuntos urbanos um modo de sublinhar sua distinção.

O patrimônio não se refere aos objetos autênticos, mas sim aos objetos culturalmente representativos, para determinado grupo social. Os processos interessam mais do que os objetos. Os objetos interessam, porque representam certos modos de conceber e viver o mundo e a vida, próprios de certos grupos sociais. Não é necessário o autêntico; importante é a verossimilhança. Toda a operação científica ou pedagógica sobre o patrimônio é uma metalinguagem: não faz falar a coisa, mas fala de e sobre ela.



O patrimônio deve sempre considerar os seus usos sociais. É a forma como a sociedade se apropria de sua própria história. O patrimônio não é coisa do passado; é coisa do presente. É a história do tempo presente.

A promoção do patrimônio tem o condão de contribuir com a afirmação da nação, não como algo abstrato, mas sim como aquilo que une e concentra num projeto histórico solidário os grupos sociais preocupados com a forma, como habitam seu espaço e conquistam sua qualidade de vida.

7. Paisagem

Autores: Jean-Marc Besse, Denis Cosgrove, Milton Santos, Augustin Berque e Ulpiano Meneses

O conceito de paisagem praticamente se confunde com a institucionalização da geografia como ciência. Isso porque à paisagem foi essencialmente atribuído um papel de integração, pela sua capacidade de articular o saber sobre a natureza com o saber sobre o homem.

Para o geógrafo Milton Santos, a paisagem seria o conjunto de formas que, em determinado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza.

Para outro geógrafo, Berque, a paisagem não é algo universal. Isto significa que, a despeito do que pensamos, existem povos que não têm o conceito de paisagem.

Já para Cosgrove, a paisagem é um modo de ver projetado na superfície da Terra.

Mitchell desloca a paisagem como objeto para um processo pelo qual se formam as identidades sociais e subjetivas. A paisagem, como uma prática cultural, procura identificar seus efeitos e alcance no interior da sociedade.

Podemos perceber que, em todas as definições, a paisagem tem uma dupla natureza. Em outras palavras, ela é, inescapavelmente, uma realidade objetiva, na medida em que tem uma concretude, mas é também uma representação, ou seja, não existe paisagem sem um observador. A paisagem sempre pressupõe um enquadramento, um olhar.



A paisagem, portanto, serve de ponte entre o mundo humano e o não humano. Não é apenas uma cena natural, mas a representação natural de uma cena natural. A paisagem é produto e, simultaneamente, matriz das formas pelas quais a sociedade se produz e reproduz historicamente.

A paisagem é submetida a constantes processos de transformação e, assim, podemos dizer que a paisagem não é estática, mas dinâmica. Os processos de transformação garantem não apenas uma história, mas, sobretudo, uma narrativa: as paisagens. A paisagem deixa traços fósseis que permitem o entendimento da formação geomorfológica, bem como as formas de povoamento e apropriação do território ao longo do tempo.

A paisagem tem uma dupla natureza. Ela é uma realidade objetiva, mas também é uma representação. Além disso, seja uma representação da natureza, seja uma paisagem urbana, a paisagem pode ser vista como um sustentáculo da identidade. Assim, a paisagem, como realidade objetiva, ou mesmo como representação, é matéria privilegiada para vir a se transformar em patrimônio cultural.

1. Paisagem Urbana

A cidade também pode ser objeto de um olhar paisagístico, em pé de igualdade com a “natureza virgem”. No entanto, paisagem urbana não pode ser confundida com morfologia urbana. A paisagem é o processo cultural; a presença de formas densas de apropriação cultural.

2. Paisagem E Identidade

Pelo fato de ter uma dupla natureza, de ter uma história e uma narrativa, a paisagem é um objeto perfeito para ancorar uma identidade. A paisagem sempre foi usada como veículo da identidade nacional ou regional, ou mesmo, de alguns lugares.

3. Paisagem Como Patrimônio Cultural

Pelas vinculações com os processos identitários e a construção imaginária da nação, a paisagem se inclui entre os componentes do patrimônio cultural.



O caso norte-americano é dos mais antigos e interessantes. Em contraposição à paisagem bucólica de uma imaginária Europa pastoril e arcádica, é a natureza virgem que daria personalidade às terras e povos dos EUA. Lá, a paisagem foi tratada como monumento. A monumentalização da paisagem toma elementos da paisagem e os transforma em fetiches, sacralizados e dotados de valores próprios.

Em virtude do senso comum e também pela ação da cultura letrada, a concepção de paisagem como patrimônio cultural se tornou hegemônica no Ocidente. A hegemonia da ideia de paisagem viria a se consolidar com a criação da Convenção do Patrimônio Mundial pela Unesco, em 1972.

4. A Evolução Do Conceito De Paisagem

Nos anos 1960, a categoria de monumento, no campo geral do patrimônio, passou a ser substituída pela de “bem cultural”. Nos anos 1970, o grande avanço foi passar de bens isolados ou justapostos para uma integração espacial mais consciente.

Em 1992, em Santa Fé, no Novo México, a Convenção do Patrimônio Cultural e Natural aprovou o conceito da paisagem como uma tentativa de ultrapassar a antinomia entre natureza e cultura. O conceito de paisagem cultural, entretanto, só seria efetivado com a inscrição da cidade do Rio de Janeiro na lista do patrimônio mundial na categoria paisagem cultural, sendo a obra combinada da natureza e do homem, em julho de 2012.

5. Principais Categorias De Paisagem

- **Paisagens projetadas e criadas pelo homem (designed cultural landscapes):** incluem-se aí os parques e jardins. Dependem de um projeto para colocar em evidência as qualidades naturais.
- **Paisagens evoluídas organicamente (organically evolved cultural landscapes):** Refletem os processos de evolução em sua forma e componentes. Podem ser paisagens que permanecem vivas (sistemas agrícolas em operação) ou que testemunham sistemas pretéritos (paisagens industriais obsoletas). A manutenção de modos de vida tradicionais e ter um papel social ativo na sociedade contemporânea têm sido considerados fatores importantes de credenciamento.
- **Paisagens associadas (associative cultural landscape):** As qualidades naturais podem ou não estar presentes e as escalas podem variar, mas a referência principal é a vinculação com eventos, personagens ou ideias de significação histórica, literária, artística, filosófica, religiosa e científica.

No Brasil, o decreto de criação do IPHAN (decreto nº 25/1937) - que instituiu no país o tombamento e o órgão federal incumbido de administrá-lo - fez menção aos “monumentos naturais bem como aos sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana”.

A Constituição Federal de 1988 introduziu a paisagem no corpo do “patrimônio cultural brasileiro” ao dispor sobre “os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (art.216,V)

6. Três Desafios Em Relação À Preservação Da Paisagem

Ulpiano Meneses define três desafios para a preservação da paisagem:

A paisagem é um organismo vivo, orgânico e dinâmico, ainda que possa incluir objetos inorgânicos de maior estabilidade. Por isso, tem que ser preservada nos moldes da gestão ambiental, levando-se em conta seu aspecto de sistema natural.

A questão da forma, do conteúdo e das funções. A tendência mais madura é a preferência aos valores funcionais sobre os formais: privilegiar os planos de manejo.

A segregação espacial acarreta a discriminação das paisagens ordinárias (“aquelas superfícies contínuas que podemos ver em torno de nós”).

A paisagem “pitoresca” e “nostálgica” faz com que não possam ter os mesmos direitos de cidadania as paisagens industriais nos campos ou a paisagem “rodoviária”.

A paisagem deve ser preservada sempre nos quadros da gestão territorial.

7. Paisagem Como Mercadoria

A paisagem é um dos motores fundamentais do turismo e o turismo é uma das atividades econômicas de grande impacto, tendo sido um caminho de desenvolvimento de países pobres ou naqueles em que a economia perdeu o dinamismo.



O que merece reflexão não é a dimensão econômica da paisagem e do contexto em que se insere seu consumo, mas sim a própria transformação da paisagem em mercadoria. Esse mecanismo começa por esvaziá-la de sua concretude e densidades próprias, reduzindo-a a meros símbolos abstratos, que podem ser selecionados e recombinaos infinitamente, segundo interesses imediatos ou predominantes.

Isso é uma situação típica do mercado globalizado e da produção de marcas comerciais. Transformada a imagem em mercadoria, os esforços dirigem-se a assegurar um consumo redutoramente visual, despojado da riqueza da apropriação visual.

O enobrecimento de áreas, com o objetivo de assegurar ao patrimônio o estatuto de mercadoria rentável, se tem feito com fundos ou infraestrutura públicos em parceria com interesses privados. Todos esses processos desmaterializam a cidade e a paisagem.

O valor cultural e o valor econômico não se contradizem, não se excluem; o conflito grave ocorre entre a lógica de mercado e a lógica cultural.

A paisagem, em nossa sociedade, é mercadoria. Isso não significa aceitar que a natureza da paisagem deva ser a de mercadoria.

8. Em Relação À Paisagem Três Pontos Devem Ser Esclarecidos

O turismo de massa democratizou a paisagem. Hoje há um processo reversivo, pois a paisagem é um bem limitado e, portanto, subordinado à chamada economia de posição que se refere a bens, serviços, empregos e relações sociais sujeitas a congestionamento, e no qual a competição acarreta a soma zero.



A paisagem mercadoria tem por efeito alijar o habitante de seu consumo. Ele costuma, em princípio, desempenhar apenas o papel de intermediário ou vendedor destruindo todos os nexos existenciais. Se a paisagem constitui um bem, é ilógico que dela não desfrutem aqueles que se encontram numa relação temporal e espacial direta.

O turismo de massa promove a consciência ecológica e o respeito ao ambiente. O problema é que os que assim se deixam tocar e aqueles que dominam o mercado da paisagem não são os mesmos atores. O turismo de massa é um dos principais danos à paisagem.

O turismo e a paisagem têm um enorme potencial de fecundação e enriquecimento da vida humana. São as hierarquias de interesses humanos e as estruturas dentro das quais eles se expressam e operam que definem as condições, segundo as quais esse potencial poderá realizar-se ou, ao contrário, dar lugar a mais um instrumento de exclusão social e embotamento da consciência crítica.

9. A Paisagem E Identidade

Segundo Ulpiano Meneses, a paisagem é um bem indispensável para o equilíbrio da vida [...]. A paisagem responde aos imperativos da territorialidade e da pertença, isto é, às necessidades de inserirmos nossa trajetória biográfica não apenas num eixo temporal, mas também espacial [...]. Esta necessidade é cultural, isto é, ela atende a requisitos de produção e reprodução material da vida, mas tal resposta a necessidades vem impregnada de sentidos, de valores, de expectativas.

8. Patrimônio e cidadania

A queda do muro de Berlim, em 1989; a reunificação da Alemanha, em 1990, e o fim da URSS, em 1991, representam o fim de uma ordem geopolítica e, consequentemente, o nascimento de outra.



Sob o ponto de vista geopolítico, os anos 1990 determinaram o fim da polaridade conhecida, desde 1948, como a Guerra Fria e inauguraram uma nova ordem internacional, baseada na multipolaridade. Os organismos internacionais, de uma forma ou de outra, se orientaram por essa nova ordem. Assim, aquilo que, nos anos 70 do século XX, era uma política cultural que visava à promoção do turismo como fonte de emprego e renda para os países periféricos, foi tomando outra feição. A partir de então, a Convenção do Patrimônio Mundial da Unesco procurou se orientar por novas concepções de patrimônio mundial, visando contemplar a diversidade cultural representada pelos diferentes povos e regiões do planeta.

A orientação da Unesco procura não apenas responder aos anseios das mais de duas centenas de nações, das múltiplas regiões e dos milhares de povos espalhados por todo o planeta, como também incorporar as noções de práticas vivas e a emergência de novos atores sociais ávidos por reconhecimento, dentro do mosaico de culturas e nações.

O deslizamento conceitual da Unesco implica na incorporação não apenas de realidades culturais que ultrapassam as fronteiras nacionais, como também as expressões nacionais e as comunidades locais. De certa maneira, esse movimento define com clareza o patrimônio natural, material e intangível como um fato global, na medida em que esse último seria a representação da miríade de paisagens e expressões culturais locais. Com a adoção do patrimônio imaterial ou intangível, a Unesco assumiu uma perspectiva antropológica e estabeleceu categorias patrimoniais não ocidentais.

Em 2003, a Unesco adotou o critério do patrimônio cultural imaterial. Era uma maneira de representar a diversidade cultural do planeta e valorizar os diferentes atores sociais e as práticas sociais e coletivas.

A grande dificuldade, para a Unesco, foi a mudança de paradigma. Até então, a concepção de patrimônio respondia a critérios técnicos e científicos. Com o intuito de atender aos padrões de diversidade, porém, a Unesco adotou critérios patrimoniais. Ela passou do paradigma tecnicocientífico para o patrimonial. No novo paradigma, o estatuto patrimonial não depende mais de critérios universais ou objetivos, mas sim de valores de grupos e suas representações identitárias.



A nova dimensão da sociedade civil - atribuída pela Unesco aos processos de patrimonialização, com a participação das populações locais - passou a ser valorizada. A participação da sociedade ganha

uma gravidade que nunca tivera na atribuição de valor patrimonial. O valor do patrimônio seria, então, atribuído ao grupo que o produz e visto como expressão autorreferencial de um pertencimento.

No entanto, ainda que a Unesco esteja alinhada não apenas com as mudanças de paradigma, mas também com o cenário geopolítico da contemporaneidade, os problemas não deixam de aparecer. O patrimônio cultural já não pode ser considerado uma prerrogativa do Estado, porém, ainda responde à realidade política do Estado nacional e, portanto, está sujeito às políticas públicas desse Estado. O grande problema é estabelecer um diálogo entre incluir políticas públicas particulares e a ação dos estados nacionais, uma vez que o Estado continua sendo um dos atores fundamentais no processo de patrimonialização.



ISDPC
Curso de Identificação,
Salvaguarda e Difusão
do Patrimônio Cultural

cead_{UFV}
Coordenadoria de
Educação Aberta e a Distância

UFV
Universidade Federal de Viçosa